

Coleção O Que Saber

O ativismo digital brasileiro

José Marques de Vasconcelos Filho
Sérgio Coutinho

São Paulo, 2016

Apresentação

A Fundação Perseu Abramo (FPA) cumpre a eminente tarefa de contribuir com a formação política e intelectual da sociedade brasileira. Nossos livros tem a humilde pretensão de levar ao público leitor questões pouco versadas pelas tradicionais linhas editoriais.

Optamos por constituir publicações que atendam demandas de conhecimento aprofundado sobre a realidade brasileira, com apontamentos e perspectivas de avanços. Assim, estão em curso a produção de três coleções: “Projeto para o Brasil”, “Estudos sobre os Estados” e “O que saber”.

“O que saber” está imbuída do espírito de seu tempo. Inspirada em publicações de fácil leitura, visa editar pequenos livros que dão conta de temas atuais, que tenham a ver com os novos entraves sociais do mundo moderno, ou de outros assuntos que nunca saem da atualidade e merecem revisitação.

Entre os assuntos dos primeiros números da coleção, nós traremos subsídios sobre o ativismo digital, a regulamentação dos meios de comunicação, os movimentos em torno do passe livre, as ações afirmativas, o Estado laico, os novos conceitos de família, o socialismo, entre outros.

Nesta terceira rodada de publicações da coleção, antramos em temas como: o socialismo, a judicialização da política, questões afirmativas e combate ao racismo, entre outras.

Convidamos você a essa instigante leitura, pois nela encontrará luzes que desvelam os caminhos do vil metal e, como não poderia deixar de ser, das torpes relações contraídas a partir dele.

Boa leitura!

A Diretoria

Dedicamos este livro a nossas mães, placa-mãe do nosso ativismo.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação Perseu Abramo pela coleção *O Que Saber*, cujo edital nos permitiu reunir ideias de muitos anos sobre nossas vivências e leituras.

Agradecemos a Ronaldo Araújo pela gentileza de ter aceitado fazer nosso prefácio com o tempo exíguo que demos. Sinal de generosidade e de coerência com a velocidade do ambiente digital. @braço ao amigo pela boa vontade conosco.

Agradecemos a Raphaela Batista, pelos hambúrgueres e pelos livros emprestados.

Agradecemos a Tarsis Toledo, pela inspiração sobre o copyleft.

Agradecemos a Gislaine Migliati, Dercy Marques Migliati e Debby Marques Migliati, pelo estímulo emocional durante a digitação e transpiração que geraram tantas destas páginas.

A Mark Zuckerberg e Bill Gates, por não terem incomodado.

Sumário

Prefácio	9
Introdução	11
O contexto da militância <i>on-line</i> no mundo	14
Uso político do ativismo digital no Brasil	24
Compartilhando para o Ativismo Digital	32
Como usar a transparência pública digital em nome da sociedade	36
Como praticar o ativismo digital nos estados mais pobres do país	44
Conclusão: Caminhos insurgentes para o ativismo digital	53
Recomendações para o começo do seu ativismo digital	55
Referências	57
Quem somos	63

Prefácio

“Se você quiser libertar uma sociedade, tudo que você necessita é dar a ela acesso à internet”. Estas foram as palavras do funcionário do Google e ativista de 30 anos, o egípcio Wael Ghonim, em uma entrevista à CNN no dia 09 de fevereiro de 2011, apenas dois dias antes da queda do ditador Hosni Mubarak que foi forçado a demitir-se sob a pressão de uma revolução popular, jovem e pacífica.

Conhecida como o período de ‘Protestos da Primavera Árabe’, a revolução foi caracterizada pelo uso intensivo e instrumental das mídias sociais, especialmente Facebook, Twitter, YouTube e mensagens de texto por manifestantes, para trazer a mudança política e transformação democrática que tanto reivindicavam.

Em dezembro de 2015, cinco anos depois, ao encerrar sua participação no *Ted Talks*¹, Wael Ghonim resgata suas palavras anteriormente ditas e as reformula dizendo “Hoje acredito que, se queremos libertar a sociedade, primeiro precisamos libertar a internet”.

As duas frases do ativista indicam a dimensão que a internet e que esses novos tipos de mídia alcançaram, sobretudo como ferramentas eficazes para promoção da participação cívica e militância de grupos e movimentos sociais, além de instrumentos para democratização da informação e de serviço ao cidadão por parte dos governos como aporte para transparência pública e prestação de contas. Tal dimensão é emancipatória e de empoderamento do cidadão e se vê por vezes ameaçada por governos, programas ou projetos antidemocráticos.

Wael Ghonim considera que a internet pode se constituir a plataforma mais poderosa para conectar a humanidade, principalmente se incorporarmos conversações civis e atenciosas de participação e cida-

¹ Disponível em: www.ted.com/talks/wael_ghonim_let_s_design_social_media_that_drives_real_change

dania. O ativismo digital ou ciberativismo é visto como o uso da internet por movimentos politicamente motivados e se faz valer dessa premissa.

Caracterizado por práticas de conscientização e apoio, organização e mobilização ou mesmo por movimentos *hackers*, o ativismo *on-line* coloca a internet e as mídias sociais como ferramentas eficazes para o engajamento cívico e político por meio do apoio a capacidades dos ativistas democráticos, permitindo fóruns de liberdade de expressão e oportunidades de *networking* político; fornecendo um espaço virtual para a concepção e apoio aos manifestantes para ações de planejamento, organização e execução de protestos.

Da Primavera Árabe aos dias de hoje o ativismo digital vem ganhando um corpo de técnicas e estratégias de mobilização, incomodando muitos governos e demandando mais debates sobre seus efeitos teóricos (conceituais e ideológicos) bem como os reais, práticos e regulatórios (validade jurídica, política e legislativa).

A presente obra se desenvolve nessa incursão e procura dar luz a temas que tanto contextualiza a militância *on-line* em seus aspectos e efeitos globais, dialogando com ações ativistas digitais no Brasil como em expressões localizadas no estado de Alagoas. Para tanto, aborda a inclusão social e digital como condição de maior participação e amadurecimento para o ativismo digital, discorre sobre o uso da transparência pública digital na sociedade destacando o ganho das instâncias deliberativas (consultas públicas) e tenta, por fim, delinear o futuro da comunicação política na rede.

Sem dúvida, o livro ora prefaciado oferece uma rica oportunidade de reflexão sobre o tema que se propõe abordar. É leitura obrigatória para pesquisadores, estudiosos e profissionais das mais diversas áreas interessados e comprometidos nas possibilidades de ações políticas que o ativismo digital oferece.

Parabéns aos autores e boa leitura a todos!

Maceió, julho de 2016

Ronaldo Ferreira de Araújo

Introdução

A atuação política contemporânea ultrapassa os limites entre caminhos conectados e desconectados. É possível a todo instante estar ciente do que acontece muito além da própria cidade, garantindo assim a superação de visões baseadas em características pessoais, deixando em xeque preconceitos e repressões devido à, cada vez maior, liberdade de expressão.

Vivemos tempos em que todos são atores em potencial da ação política digital, bastando que se identifiquem com uma causa. A militância passa a ser organizada por meio de fóruns, grupos de discussão em Facebook e Whatsapp, principalmente, e de modo ágil passeatas ocupam as ruas com palavras de ordem relativamente padronizadas, percurso estabelecido, regras mínimas de conduta dos participantes já previamente debatidas. A ação política não pertence mais a grandes centros regionais, sequer são centralizadas, pois qualquer cidadão pode fazer suas reivindicações.

Com a câmera de um celular e um netbook qualquer um pode, em tempo real, fazer denúncias, reivindicações, registrar atos públicos, enfim, ser provedor de conteúdo político. Quem se sentir ofendido dirá diretamente ao ofensor, em seu perfil *on-line*, o que lhe incomoda. Agora todos somos uma nova mídia, com blogs, canais de vídeo, *podcasts* e mesmo com comentários em endereços oficiais.

Em um primeiro capítulo, será analisada a construção histórica do ativismo digital no mundo. É um levantamento muito recente, com fatos do século XXI, mas que não podem ser ignorados.

No segundo capítulo, será explorado o papel político deste fenômeno no Brasil para que, no terceiro capítulo, possamos completá-lo com as ferramentas para compartilhar informações mais comuns no país.

Com aplicativos sem limitações por propriedade intelectual, fica mais fácil e barato distribuir hardware e software para disseminar o aces-

so digital. Assim, o quarto capítulo examinará os caminhos da luta pelo software livre no Brasil e a legislação relevante para o ativismo digital. O movimento de programadores e analistas de sistemas hoje tem usuários como seus ativistas e conquistou grandes vitórias, como a obrigação de que todo o serviço público use licenças *creative commons* e softwares livres em suas máquinas. A recente lei que institui o Marco Civil da Internet também faz parte do quarto capítulo. Assegurada a neutralidade da rede, não haveria como empresas ou endereços eletrônicos específicos controlarem a circulação de dados. Do mesmo modo, haverá restrições para o que poderá ser exigido do Estado brasileiro.

No quinto capítulo, serão abordadas as possibilidades de inclusão social por meio digital. Temos acompanhado de perto casos bem-sucedidos, pelo país, de integração e conscientização de pessoas a partir de mídias digitais com acesso cada vez mais fácil. Um grande obstáculo para a máxima participação política dos cidadãos encontra-se na defasagem da inclusão digital brasileira, que caminha lado a lado com os indicadores sociais brasileiros. Apesar de programas públicos existirem para espalhar centrais *wi-fi* em grandes e médias cidades, as que se encontram *on-line* ainda não são em grande número, do mesmo modo que a velocidade da banda larga mantém obstáculos. O *déficit* social gigantesco cria tensões para as prioridades à gestão pública frente a esta questão, uma vez que cidades sem acesso amplo à internet também têm outras carências de evidente urgência, como saneamento básico, combate ao analfabetismo juvenil e adulto, acesso à renda e emprego.

Após nossa conclusão, um capítulo em aberto pois o que estudamos ainda está em construção, trazemos sugestões de websites e livros para que você também possa experimentar ferramentas de ativismo digital.

É importante deixar claro que nem todas as formas de mobilização social no Brasil são abordadas neste livro. Mais importante, não lidamos com organizações da sociedade civil que simplesmente têm

forte ação na transformação das vidas de pessoas usando a internet para comunicação. Nosso foco é a ação política que tem nos meios eletrônicos seu fundamento para mobilização, definição de estratégias e comunicação.

Contudo, não nos restringimos a levantar o estado da arte com uma longa revisão teórica do tema. O nosso interesse em escrever sobre o tema não começa com o lançamento desta coleção (pelo que parabenizamos a Fundação Perseu Abramo pela nobre iniciativa), mas com nossa vivência de blogueiros há muitos anos, organizando e participando de eventos que integram blogs e twitteiros em diversas cidades, interagindo com fóruns sobre a militância possível à distância e acompanhando como participantes entusiasmados as transformações que têm surgido nas redes sociais.

O contexto da militância *on-line* no mundo

Para falar sobre o ativismo digital, é preciso começar pela distinção das ações *on-line* que alcançam seus objetivos ainda em ambientes virtuais e aquelas que visam organizar ações *off-line*. Daremos mais atenção à segunda dimensão, por terem reflexos brasileiros mais evidentes.

O que hoje pode ser realizado por qualquer pessoa, começou entre *hackers* e programadores. Como diria Peninha, “tudo começou como uma brincadeira e foi crescendo, crescendo...” já estavam dispersos diversos caminhos para programadores competentes brincarem usando recursos digitais quando o ativismo digital surgiu, sempre vinculado a recursos lúdicos em seu começo. Fóruns virtuais dividiam espaço com brincadeiras, porém a agilidade com que funciona até hoje o 4Chan tornou-o um privilégio para a troca de piadas.

Por meio do seu canal “/b” (apelidados por isto de “/b/tards” – bastardos – por detratores), sempre com pleno anonimato (característica daquele fórum), começaram divulgando tão somente pornografia e informações sobre mangás e animes. Porém, alguns usuários foram gradualmente propondo piadas que resultavam em boicotes virtuais a homepages específicas e os demais frequentadores surpreenderam-se com o sucesso, agregando milhares de usuários simultâneos tornando impossível o funcionamento daquele meio².

Assim, ações jocosas virtuais contra a Scientology, o MySpace, a FOX News, a lista dos 100 mais do ano do *New York Times*, foram responsáveis por unir *hackers*, organizar rotinas, criar primeiras estratégias. Mesmo que ainda fossem ações baseadas em brincadeiras de humor duvidoso, começava a chamar a atenção de governos como se opunham a corporações.

² Recomendamos o documentário *We Are Legion* para compreender os primeiros passos deste período, com depoimentos dos ativistas da época, reportagens, um amplo material para estudos. Está disponível no Netflix®.

Com o tempo e o contínuo êxito, as primeiras piadas passaram a ser canalizadas para ações políticas. Aqueles que queriam continuar apenas exercitando seu humor assim permaneceram (afinal, #zoeira-neverends), mas daquele fórum diversos grupos *hackers* se organizaram com interesses políticos que, se não eram consensuais, aproximavam-se em algumas diretrizes em escala mundial. Defendiam a liberdade de expressão ampla e combater àqueles que desprezavam parcelas da humanidade.

As iniciativas destes grupos, encabeçados mundialmente pelo *Anonymous*, geraram diversas ações mundiais, chamando pessoas às ruas. Não era um privilégio de determinado país. Eventos como o que ocorrera na Tunísia, Islândia, Irã, no Egito, na Rússia, na Índia são sintomáticos disso. Não é à toa que chamou a atenção com grande repercussão em redes sociais a frase “a revolução será twittada”.

Na Tunísia e na Islândia surgiram os primeiros movimentos ativistas que visaram modificar as estruturas políticas daqueles países e se tornariam referência para os demais movimentos revolucionários no velho e no novo mundo. Como bem observa Castells:

Na primeira manifestação de massa realizada na praça Tahrir, no Cairo, em 25 de janeiro de 2011, milhares gritavam ‘A Tunísia é a solução!’, modificando de propósito o lema ‘O islã é a solução!’, que havia dominado as mobilizações sociais no mundo árabe nos últimos anos. As palavras de ordem referiam-se à derrubada da ditadura de Ben Ali, que fugira de seu país em 14 de janeiro, após semanas de protestos de pessoas comuns que conseguiram sobrepor-se à sangrenta repressão do regime. Quando os Indignados da Espanha começaram a acampar nas principais praças das cidades de todo o país, em maio de 2011, proclamaram que a ‘Islândia é a solução!’. E quando os nova-iorquinos ocuparam espaços públicos em torno de Wall Street, em 17 de setembro de 2011, chamaram seu primeiro acampamento de praça Tahrir, da mesma forma que os ocupantes da praça Catalunya, em Barcelona (CASTELLS, 2013, p. 23).

Na Tunísia o movimento ativista inicia-se numa pequena cidade do interior do país, onde o jovem vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, como protesto diante das arbitrariedades cometidas pela polícia depois da sua recusa em pagar propina, ateou fogo em si mesmo. O protesto foi filmado e disponibilizado pela internet. Muitos outros atos como esse foram surgindo por todo o país, no intuito de combater os punhos de ferro do Estado.

Já na Islândia e a sua revolução das panelas, como ficou conhecido o movimento que ocorreu no momento de crise financeira que atingia todo o país e, claro, a todos os trabalhadores, através do modelo de riqueza especulativa. Além da mudança econômica do país, as bases fundamentais do sistema político também foram alteradas, não mais direcionados aos interesses espúrios da especulação, mas sim, apontando para o futuro da nação como maior interessada. Surge a reforma constitucional da Islândia com participação dos cidadãos, tendo a internet como principal mecanismo de interação na construção da Carta Maior daquele país.

No Irã, é importante lembrar, como fazem Antoun e Malini (2013), que as manifestações contra o resultado das eleições que levaram Hossein Mousavi ao poder no país tiveram as redes sociais *on-line* à disposição dos seus organizadores, enquanto TV, rádio e mídia impressa estavam sob vigilância governamental direta. O Youtube rapidamente tinha canais sendo criados para divulgar a violência policial, o Twitter era usado com o número necessário de caracteres em uma mensagem para divulgar a chave para liberar o uso da internet no Irã (o Estado tentou bloquear em todo o país)³. Como lembram os autores, chegaram a 200 mil tweets/dia com palavras-chave relacionadas às eleições no Irã.

Em Honduras, a deposição do presidente Zelaya encontrou grande resistência contra o golpe de Estado realizado por militares, mas que

³ A propósito, pensemos que apenas ditaduras e o Brasil possuem ações estatais bloqueando acesso a redes e aplicativos; no caso brasileiro, por meio do Poder Judiciário.

apenas pôde se expressar pelo Twitter, sem outros canais de comunicação com liberdade. A mídia internacional pôde mobilizar a opinião pública contra o que acontecia no país devido às informações de redes sociais.

Em Cuba, teve grande destaque o grupo de blogueiros *Voces Cubanas*, liderado por Yoanai Sanchez para contínua crítica à ditadura castrista. Cabe ressaltar que seus posts eram impressos, encaminhados por amigos para fora do país e apenas então postados *on-line* devido às restrições sobre internet no país⁴.

No Egito, após o assassinato do blogueiro Khaled Said, um jovem ativista que foi espancado brutalmente pela polícia até a morte num cybercafé na cidade de Alexandria, depois de jogar na grande rede um vídeo onde era exposto a corrupção da polícia local, começaram revoltas no que entrou para os livros de História das escolas como *Primavera Árabe*. A sua morte por chutes e socos desferidos pela polícia foi divulgada pelo Facebook e pelo Youtube. A *fanpage* “Todos somos Khaled Said”, que obteve milhares de pessoas adeptas, tanto no Egito como em diversas partes do mundo, foi base para a organização de inúmeras manifestações contra as ações violentas da polícia que se propagaram por meio de aplicativos de troca de mensagens pelo Oriente Médio.

A vida do jovem blogueiro egípcio foi importante para a revolução ocorrida no Egito através das inúmeras possibilidades proporcionadas pelo universo digital, mas a grande “centelha”, como bem diz Manuel Castells, para os diversos e intensos protestos foram “uma série de autimolações (seis no total) em protesto contra o aumento do preço da comida, que deixara muitas pessoas com fome.” (CASTELLS, 2013, p. 47).

Não é possível deixar de lado Falun Gong, um movimento chinês com milhões de integrantes contestando o Partido Comunista da China com seu líder morando em Nova York e aliados recolhendo informações

⁴ É de chamar a atenção como o presidente Barack Obama levou ao país como expressão do capitalismo empresas “.com” americanas, como AirBnB, Uber, mas não reivindicações sobre liberdade de expressão para blogueiros, jornalistas, escritores perseguidos no país.

contra o governo morando em tantos outros países. Do mesmo modo, vê-se na Coreia do Norte com uma dinâmica muito semelhante dos seus refugiados. Assim, Castells resume bem a dinâmica de tais movimentos, independente do país:

De início, eram uns poucos, aos quais se juntaram centenas, depois formaram-se redes de milhares, depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, confusas como eram, ultrapassando as ideologias e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada. Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle dos governos, empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. [...] Uniram-se. E sua união os ajudou a superar o medo, essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentaram para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo – e, quando necessário, pela violência pura e simples, seja ela disfarçada ou institucionalmente aplicada. Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais. (CASTELLS, 2013, p. 23)

O fenômeno da militância *on-line* é, portanto, diretamente relacionado a web 2.0. Assim se chama a transição da internet que se assemelhava aos meios de comunicação tradicional para uma interatividade impensável na TV, no rádio, nos jornais impressos. A primeira geração da web comercial, marcante até o começo do século XXI, caracteriza-se por uma supremacia de blogs (ou weblogs), diários virtuais em que alguém monopolizava a fala. Agora, lidamos com informação “horizontal, dialógica e redundante” sob “interdependência” (DI FELICE *apud* LIMA, 2015).

Mesmo os blogs com grande papel para concentrar iniciativas políticas até nossos dias, toda a ação política virtual é hoje necessariamente coletiva, com todos os espaços de interação sendo coletivos e alimentados por qualquer pessoa⁵. Youtube, Facebook, Instagram, 4Chan entre tantos outros são usados continuamente para a articulação dessa nova geração de militantes em que qualquer um pode ser um ativista, mesmo por uma ação apenas, sem dedicar todo seu tempo.

Como bem observa Pierre Lévy, estamos diante da máxima eficiência do conceito de “cibercultura”, empregado desde os anos 1990 designando práticas que surgem com o ciberespaço, um ambiente não presencial (LÉVY, 1999). Logo, os diversos países mencionados antes neste capítulo não significam que aqueles militantes estivessem naquele mesmo espaço das manifestações. De fato, onde haveria perseguições ou bloqueios ao uso de internet as manifestações *on-line* costumam se organizar em outros países. Por esta razão, o ativismo digital pode ser facilmente encontrado como “ciberativismo” em diversas obras, na imprensa e em debates.

É assim que Maria Eugenia Cavalcanti Rigitano, a partir de uma classificação de Sandor Vegh, considera o papel central, entre as hipóteses de ativismo digital daquelas organizações que agrupam informações em sites de grandes organizações para servirem de filtro para campanhas. Além disso, é possível pensar no papel de fóruns e grupos de discussão em redes sociais para aglutinar pessoas e transmitir conteúdo. No oceano de informações desconstruídas das redes sociais, estaríamos agrupando conteúdo seguro para iniciativas diversas. Deste modo é que a Anistia Internacional, segundo exemplo da autora, usa mais de 100 websites em diversos países para espalhar informações (RIGITANO, 2003).

⁵ A integração de grupos que articulam a circulação de informações *on-line* pode ser encontrada, também, na série de TV *Mr. Robot*, que acompanha bem um grupo de *hackers* que procura divulgar informações sigilosas de governos e grandes empresas assim como seus efeitos sobre as pessoas fora do círculo de ativistas.

As iniciativas que surgem como atividades lúdicas converteram-se continuamente em ações políticas dependendo apenas de quem as realiza. Sátiras, por meio de montagens, podem conscientizar, ou ao menos dar foco a indignações coletivas, textos e áudios de manifestações. Trata-se de um contexto pós-moderno em que se maximiza o papel da imagem para transmitir informações em poucos instantes ao maior número possível de pessoas.

Assim, alguém que compartilha textos e vídeos em redes sociais afinados com sua ideologia está ao mesmo tempo reunindo em sua *timeline* um grande fichamento do que precisa sobre aqueles temas como pode estar contribuindo para a formação política de tantos outros que o sigam.

Surgiram rapidamente muitas críticas em fóruns à chamada militância de sofá, daqueles que contestam muito sem sair de casa, sem perceber que, se articulam bem o que fazem, podem estar difundindo informações de modo eficiente.

A utilização do Facebook para grupos hoje tem instrumentos como o Whatsapp e recursos da *Deep Web* como instrumentos mais ágeis e menos rastreáveis pelo Estado e por corporações. Assim, inverte-se um dos lemas dos serviços gratuitos *on-line*, pois costuma ser dito para reflexão sobre nossa privacidade naqueles ambientes que “se você não paga pelo serviço, você é a mercadoria”. Em contrapartida, aqueles que não pagam pelo serviço cobram dele e o utilizam para fins não imagináveis pelos seus dirigentes⁶.

Deste modo, foi fundamental quando o microblog Twitter, pela rapidez de seu funcionamento, baseado em mensagens de até 114 caracteres, garantiu a difusão de mensagens libertárias em todas as situações

⁶ Neste sentido, recomendamos a minissérie britânica *Black Mirror*, com episódios com histórias fechadas em que são examinadas questões do nosso cotidiano sobre as informações pessoais que divulgamos e nossa responsabilidade como parte da opinião pública digital. Está disponível no Netflix.

aqui descritas. Um marco para o ativismo digital começou quando um *hacker* divulgou a chave do código, fonte necessária para acabar com o bloqueio para gravação de DVDs. Apesar da iniciativa permanecer contestável em termos de propriedade intelectual, ficou claro que toda informação comercial e política deve ser transparente. Toda tentativa de redes sociais bloquearem informações gerava novos perfis para manter a divulgação. O que começou como uma grande violação à propriedade intelectual, alimentou a necessidade de debater iniciativas sobre *copyleft* e software livre⁷.

Porém, os grupos organizados foram de grande relevância para muito mais. A articulação permitiu que, quando o governo iraniano bloqueou toda a internet do país para paralisar manifestações, pudessem ser divulgados pelo Twitter caminhos virtuais nos limitados caracteres capazes de manter o país recebendo informações. Imagine, portanto, que qualquer pessoa, sem limites de formação escolar, idade e renda, poderia manter comunidades em cidades alimentadas por informações utilizando estas mesmas informações.

Toda esta dinâmica de organização instantânea de manifestações torna-se ainda mais rápida com a transição da internet baseada em PCs e laptops para smartphones e tablets. Com a queda constante dos preços de smartphones e câmera e acesso à internet tendo-se tornado padrão de mercado, qualquer um passou a ser capaz de divulgar denúncias em tempo real, acompanhar ao vivo manifestações pelas ruas e gerar notícias.

Este foi o espaço ocupado por iniciativas como a Mídia Ninja pelo mundo, em que pessoas usando seus celulares cobriram abusos de auto-

⁷ Lutas que começaram com o 7º Fórum Internacional de Software Livre (FISL), em Porto Alegre em 2006. A adesão do governo federal brasileiro, exigindo a utilização do sistema Linux nos sistemas do poder público fez com que tal luta ganhasse mais poder no país. É preciso conferir as diretrizes da Free Software Foundation (FSF), que determinou para os programadores os fundamentos do *copyleft*, respeitados os direitos dos criadores sobre o reconhecimento da sua autoria. Para mais detalhes: PAESANI, 2007.

ridade enquanto eles ocorriam, fazendo com que os meios tradicionais de comunicação passassem a usar redes sociais *on-line* como suas fontes.

A crise econômica, que abateu revistas e jornais, não atingiu do mesmo modo o rádio, por ser este mais apto para a transição, com radialistas transmitindo notícias via celular de onde estiverem. Porém, para os meios impressos, o leitor não pode mais esperar até o dia seguinte, ou se informar uma vez por semana. Então, precisaram se converter em meios mais reflexivos, com mais detalhes de informações, para manter uma base de assinantes.

Muitos impressos migraram para serem informativos *on-line* voltados a um leitor que se informa por meio de redes sociais, lendo manchetes e acompanhando imagens, mas a adaptação da linguagem ainda está incompleta. Infelizmente, ainda se encontra uma rapidez que atrapalha a conferência de fontes e da veracidade de informações⁸.

Professores, jornalistas e comunicadores, sem educação formal na área mas reconhecidos por sua audiência sobre temas específicos, têm servido como grandes filtros para a informação e a educação de cada vez mais gente. Uma internet voltada para *e-readers* passou a ser pautada por imagem e vídeo, sendo preciso tomar cuidado com as legendas do que se divulga.

Assim, se até pouco tempo atrás quem queria criticar a escassa formação política de muitos utilizava como relevância o fato de apresentadores de programas de auditório serem seus formadores de opinião. Esta posição tornou-se anacrônica diante da consciência ideológica que

⁸ Exemplo disso é o modo como telejornais de diversos países divulgaram piadas do programa de TV do website O Sensacionalista como se fossem verdade, sem conferir antes a fonte, o que sites de notícias falsas têm usado como brincadeira nos últimos anos, como Joselito Muller, Piauí Herald e o próprio O Sensacionalista. Foi necessário passarmos a contar com sites como E-Farsas que diariamente conferem boatos da internet trazendo as fontes mesmo que seus redatores não contem com a infraestrutura dos grandes canais de comunicação tradicionais.

começa com memes de redes sociais, com frases apócrifas incorporadas a imagens editadas sem fonte alguma da informação.

Observamos, com os exemplos aqui trazidos, que o ativismo digital não é pautado majoritariamente por ser de esquerda ou de direita. A luta por liberdades individuais, típica dos seus diversos matizes, pode ser identificada com os dois grandes espectros políticos ao se contrapor a sistemas ditatoriais, abusos de autoridade em democracias, denúncias de corrupção estatal, sem que necessariamente exista uma adesão a um libertarianismo ou a um socialismo em particular. Presenciamos a construção de algo mais amplo do que as dualidades tradicionais do pensamento político, um processo civilizador rápido que abraça causas humanitárias a partir de mídias diversas, com players sem local necessário, sem identidade exigida, sem objetivos de modo imanente a longo prazo. Podem intercambiar objetivos a partir de fundamentos que permitam o funcionamento daquele ambiente não presencial.

Uso político do ativismo digital no Brasil

Ainda sobram no Brasil organizações políticas e mesmo fóruns de debates que detêm grande antipatia pela Rede Globo de Televisão, como detentora do monopólio da fala na comunicação nacional. Há um caráter anacrônico nisto, pois, se este argumento foi válido por décadas no Brasil, a expansão dos canais de TV faz com que já não mais prevaleça. Como bem observam Antoun e Malini:

Histórias que demarcam um corte com aquela sociedade brasileira de 89, que tinha um canal de TV com um jornal nacional, com *share* de quase 80% durante o debate Lula x Collor. E hoje, o mesmo canal transmite o debate presidencial tentando manter um *share* de 30% (competindo com as verdades dos internautas, que se antecipam às edições jornalísticas e publicam suas impressões do debate televisivo, em tempo real, no Twitter e outras mídias sociais) (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 204).

Segundo a análise precisa de Bruno Cavalcante Pereira e Ronaldo Ferreira de Araújo, ao estudarem a interação entre candidatos a prefeituras nas eleições de 2012, há um lento aprendizado entre as assessorias de campanha para se desvencilhar do padrão “um – todos” típico de rádio e TV. Sendo uma mídia social em vez de rede social, o Twitter traz a vantagem do contato rápido com os eleitores. Ainda está em construção a compreensão de que a boa interação entre candidatos e cidadãos não tem qualquer vínculo com o resultado eleitoral, não substitui nem complementa pesquisas⁹. É um exercício de civismo (ARAÚJO; PEREIRA, 2013).

⁹ Um grande exemplo desta distinção foi o fenômeno Plínio de Arruda Sampaio, candidato à presidência pelo PSOL que não teve um número expressivo de votos, mas estava constantemente nos *Trending Topics* e entre comentários da imprensa por suas reflexões sobre o processo eleitoral pelo Twitter. Sucedendo-o nas eleições presidenciais seguintes, Luciana Genro teve grande agilidade utilizando diversas redes sociais quase diariamente e

Todavia, a velocidade da comunicação que as pequenas mensagens no Twitter geram resultados na atualização de campanhas. O eleitor questiona os candidatos que podem esclarecer seu discurso para o grande público. Araújo e Pereira fizeram uma categorização relevante para estudos sobre interação eleitoral. Utilizaram para os candidatos às eleições municipais de Maceió (AL) de 2012:

Cumprimento e agradecimento, divulgação de material de campanha, agenda, mobilização, proposta, realizações, sondagem de opinião, Compromisso e Propaganda. Já para análise das mensagens dos eleitores mantiveram-se as sete primeiras categorias dos candidatos, e em seguida foram criados treze tipos de mensagens, sendo eles: apoio, opinião, reprodução de fala de candidato, notícias com link, divulgação de materiais pessoais, divulgação de eventos, ofensa ao candidato, ataque à adversários, perguntas não respondidas, descrição de fato em outra mídia, processo e justiça, e outros. Então, são 20 categorias ao todo para eleitores (Idem, p. 7).

Foi possível acompanhar cientificamente por meio do Grupo de Pesquisa em Política e Tecnologia da Informação e Comunicação (GPOLITICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) como, durante toda a campanha oficial os perfis oficiais dos candidatos no Twitter respondiam aos eleitores, debatiam entre si, divulgavam material de campanha, mostrando evidente amadurecimento da dinâmica da política nacional¹⁰. Como constatado pelos pesquisadores, a diferença entre um militante antagonista, um jornalista lançando perguntas aos candidatos

respondendo a eleitores sem repercussão no número de votos. Nos dois casos, houve grande impacto para a imagem e o crescimento no número de filiados do partido.

¹⁰ Na última campanha presidencial, o candidato Aécio Neves (PSDB) requereu ao Tribunal Superior Eleitoral e à Polícia Federal que fossem investigadas dezenas de contas do Twitter que, descobriu-se na investigação, estavam ligadas a militantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Descobriu-se com isto a insuficiência dos meios estatais para driblar perfis *fakes* em campanhas eleitorais na mesma velocidade que eles surgem.

e um eleitor, se desfaz, tendo todos a mesma relevância para resposta do que publicarem aos políticos.

Ronaldo Ferreira de Araújo lembra Charlene Li ao analisar o engajamento político *on-line* com base na “Pirâmide de Engajamento”, que situa de modo ascendente Observar, Compartilhar, Comentar, Produzir, Administrar. Segundo diversos estudos elencados por Araújo, segue-se normalmente a regra 90-9-1: “90% observa, 9% contribui e apenas 1% cria” (ARAÚJO, 2014, p.6).



Para a compreensão das relações de poder nos nossos dias, cada vez mais os brasileiros que fazem parte da população economicamente ativa têm seus formadores de opinião em canais do Youtube e *fanpages* do Facebook, quando não definem seus pontos de vista simplesmente por mensagens raivosas por Whatsapp e memes sob forma de imagens editadas com piadas sem autoria conhecida. Até a presente data, não é

possível encontrar pesquisas sobre este fenômeno. Fica a sugestão para nossos leitores.

Mesmo assim, Marco Antônio Barbosa, ainda nos tempos do Orkut em 2007, preocupava-se com a “informação-valor” na sociedade da informação. Afinal, para que cada um possa buscar se atualizar é preciso saber onde procurar as informações, ter informações anteriores para compreender o que será lido e saber como compartilhar com eficiência (BARBOSA, 2007).

Ainda pagamos o preço da transição, lidando com novos aplicativos e websites que têm poucos anos de existência e já transformam nossos costumes diuturnamente, gerando novas relações sociais. Porém, têm sido suficientemente maduras as mudanças nas formas como brasileiros se organizam a partir destas mídias. Vejamos uma sequência de manifestações que têm tido um rápido amadurecimento para o ativismo digital.

As bem-sucedidas campanhas dos movimentos *Occupy* nos Estados Unidos foram emulados com grande eficiência na mobilização para ocupação de espaços públicos, notoriamente universidades federais, nos últimos anos no país, com discursos e táticas análogas àquelas instituídas a partir do *Occupy Wall Street*, que foi um dos movimentos mais importantes para o ativismo digital. Apesar de ganhar as ruas com acampamentos em frente às sedes de bancos e financeiras na rua que lhe dá nome, *Occupy Wall Street* nasceu digital, como nos lembra Castells (2013).

Tudo começou quando o governo do estado de São Paulo autorizou a força policial para prender, sob violência, lideranças de uma greve ocorrida na USP. Desde então, tornou-se um hábito realizar esta medida como resposta a abusos de autoridade.

Chamou rapidamente a atenção como os blogs humorísticos Não Salvo, Jacaré Bangela e Kibe Loko, divulgaram que o spray de pimenta poderia ser neutralizado por vinagre, com infográficos feitos às pressas

por voluntários diversos. Não tardou para que usuários de redes sociais diversas divulgassem fotos das agressões que sofriam por simplesmente carregar embalagens de vinagre ou se servirem com o condimento em restaurantes com mesas nas calçadas. Apenas a partir destes depoimentos *on-line* a imprensa começou a identificar o que ocorria nas ruas da maior cidade brasileira.

As convocações para mobilização têm sido eficientes no Brasil com iniciativa por eventos criados no Facebook ou, como predomina hoje, chamados por Whatsapp¹¹. Como ocorrera em outros países nos últimos anos, não há um padrão ideológico, mas mesmo grupos em dissonância mantêm a defesa das liberdades (de associação, expressão, locomoção, comércio etc.) como bandeira central para agregar aliados.

Esta é uma controvérsia constante no Brasil desde o sucesso das chamadas por manifestações em todo o país em 2013, reunindo mais de 2 milhões de brasileiros nas ruas em um mesmo dia (COUTINHO, 2014). As bandeiras múltiplas faziam com que parecesse que não havia bandeira alguma. Como nos movimentos *Occupy*, com os *Revoltados* da Espanha e os aliados do partido *Podemos* do mesmo país, trata-se de uma característica central dos movimentos sociais de nova geração, não apenas não terem uma só bandeira e atrair com facilidade aliados que também não se preocupam muito com a própria definição ideológica.

Entre os supostos indecisos das ruas brasileiras em 2013, era claro o que não cabia nas manifestações. Intolerância e discursos de ódio são banidos com facilidade tanto em lutas presenciais quanto não presenciais. Por mais que o espectro ideológico inteiro use hoje as mídias digitais de modo semelhante, aqueles que defendem caminhos conservadores,

¹¹ As *hashtags* #foradilma e #naovaitergolpe delimitaram o debate sobre o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e as convocações para passeatas contra e a favor de seu governo. A polícia pôde entrar em contato com lideranças e organizar as manifestações para que não coincidissem suas rotas nem suas datas, em exercício de divergência democrática pouco antes vista de forma tão sadia no Brasil.

rejeitam mudanças sociais, querem isolamento de grupos de pessoas por alguma característica pessoal específica são aqueles que costumam ter menos espaço para se comunicar com quem não compartilha do mesmo espectro de ideias.

Estes filtros midiáticos *on-line* estão consolidados para o ativismo digital. As iniciativas que mais rapidamente amadureceram têm no Centro de Mídia Independente (CMI), a Rede DHNET e a Mídia Ninja, alguns dos seus representantes de maior reconhecimento nas manifestações brasileiras. Organizam informações para que militantes por direitos humanos em diferentes contextos possam contar com notícias, material de estudo, apoio pedagógico para debates e ferramentas para mobilizar aliados em potencial.

Assim como as mídias independentes no Brasil, o *Occupy Wall Street* teve um grande exemplo do uso da internet e suas redes sociais como mecanismo de contrainformação. Deixa nítida a sua força e necessidade hoje em dia. Castells (2013, p. 132-133) reproduz o depoimento do jornalista Sam Grahman-Felsen (que foi diretor da seção de blogs das campanhas presidenciais de Barack Obama), exemplificando com a relevância do Tumblr:

Por que o Tumblr se tornou a plataforma confiável deste momento? Como vimos no Irã, o Twitter pode ser uma poderosa ferramenta de difusão por fornecer relatos minuto a minuto de novos acontecimentos e amplificar mensagens concretas (“Abaixo Ahmadinejad”). E no Egito o Facebook foi fundamental no recrutamento de manifestantes e no agendamento das marchas na praça Tahrir. Mas o Tumblr não serviu a nenhum desses propósitos para o *Occupy Wall Street*, um movimento difuso e sem líderes, com um objetivo deliberadamente indefinido. Em vez disso, o Tumblr humanizou o movimento. Ele é um veículo poderoso em termos de contar histórias, e esse movimento trata exatamente de histórias – de como as políticas econômicas do país nos fizeram sair da escola, nos afogaram em dívidas, adiaram permanentemente nossas

aposentadorias e separaram nossas famílias. [...] Num comentário eloquente, Ezra Klein escreveu no *The Washington Post*: “Não foram as detenções que me convenceram de que o ‘Occupy Wall Street’ merecia uma cobertura séria. Tampouco sua estratégia de imprensa, que consistia amplamente em tuitar jornalistas para cobrirem um pequeno protesto incapaz de dizer exatamente o que pretendia atingir. Foi um Tumblr intitulado ‘Nós Somos os 99%’.

Com organização sempre “horizontal e não hierárquica” (RIGITANO, 2013, p. 6), derivada do Indymedia das manifestações anticapitalistas do começo do século XXI e como ramificação de uma entidade sem pátria e não presencial, o CMI reúne sem distinção jornalistas e ativistas para a mudança social. Combate formas de opressão que geram cerceamento a direitos humanos. Rigitano, com grande indignação (necessária e inevitável), lembra como órgãos da imprensa voltados ao grande público (cita como exemplo a infame e sempre lembrada Revista *Veja*) dedicam-se a ignorar grandes eventos em defesa de direitos ou enquadrá-los como “circo” ou “evento esportivo” (Idem, p. 7).

Para a proliferação de notícias e campanhas, os noticiários *on-line* independentes usam, normalmente, o já mencionado sistema de *copyleft*, pelo qual os autores liberam plenamente a circulação do texto, mas sendo lembrada a autoria. Assim, a repercussão de denúncias e de notícias ignoradas pelos noticiários mais usados fica garantida.

É importante manter os olhos abertos para gestos sutis que têm resultado na abertura para a conscientização coletiva e mobilização a partir de iniciativas *on-line* onde menos se espera. David Bornstein reúne casos de iniciativas individuais que rapidamente converteram-se em mobilizações para a transformação social no inspirador *Como mudar o mundo*. Entre aqueles empreendedores sociais que ele destaca, dois são brasileiros. Um deles, Fábio Rosa, transformou cidades do interior do Rio Grande do Sul simplesmente unindo moradores para garantir a eletricidade com novos cabos de energia. Aos 22 anos de idade, rapida-

mente aperfeiçoou sua própria iniciativa para a autonomia da captação de energia solar residencial (BORNSTEIN, 2005). Sua mudança social já tem mais de 20 anos e com energia elétrica pode-se ter acesso à internet e reivindicar nacional e internacionalmente o que falta na própria cidade, fazer cursos à distância, procurar empregos em outras cidades, enfim, descobrir novos caminhos para a própria vida.

Iniciativas como esta e outras como a do programa Luz para Todos tornaram possíveis aparelhos eletrônicos em um grande número de cidades brasileiras. Passou a ser possível, e começou a se efetivar nos últimos anos em muitas prefeituras do Brasil, a disponibilidade de praças com *wifi* gratuito para os moradores em cidades de médio porte do país em diferentes regiões, programa que não foi interrompido na transição presidencial recente. Não tardará para termos cidades inteiras com *wifi* gratuito, levando dilemas locais bem como projetos bem-sucedidos em comunidades antes esquecidas pelo país para o mundo.

Compartilhando para o Ativismo Digital

Existem palavras-chave para lidar com o contexto em que se encontram nossas lutas políticas do século XXI. Entre elas, as expressões *crowdfunding*, *crowdsourcing*, *crowddacting* estão entre as mais comuns nas discussões. O capítulo anterior foi voltado à terceira, que refere-se à mobilização de pessoas para ações reais, mas usando meios digitais para isto.

Há muitas plataformas para o *crowdfunding* sendo empregadas no Brasil com as mais diversas formas de patrocínio coletivo. Pessoas transferem para um site valores financeiros normalmente baixos (é comum que sejam por volta de 10 a 50 reais) podendo ter recompensas por isto ou simplesmente garantindo um serviço ou produto¹². Já podemos ver no Brasil casos corriqueiros para lançamento de CDs, publicação de livros e histórias em quadrinhos, realização de shows ou mesmo turnês inteiras¹³.

Causou surpresa na imprensa brasileira o êxito recente de um caso de uso de uma ferramenta para arrecadação digital com fins políticos. Foi a “vaquinha” feita para patrocinar viagens de avião da presidenta afastada Dilma Rousseff pelo Brasil para defender seu mandato. Criado por duas amigas dos tempos da luta armada contra a ditadura, com um vídeo de divulgação para se tornar viral entre os militantes e um endereço para arrecadação, pediam 500 mil reais. Conseguiram 725 mil reais, com 11 mil pessoas participando em menos de 15 dias (*Folha de S.Paulo*, 11 de julho de 2016).

¹² Qualquer um pode criar uma campanha em plataformas como a brasileira Catarse para estes fins.

¹³ Para quem não vê ativismo nisso, a plataforma *Alagou* garante que cidades em Alagoas possam receber bandas de rock que têm se apresentado em pequenos festivais pelo Brasil mas que não haveria como pagar uma turnê nacional. Com uma informalidade que as leis de incentivo à cultura não têm, garantem que o direito à arte se realize de modo diversificado em poucos cliques.

Quando lidamos com o *crowdsourcing*, temos a comunidade digital que se une para resolver problemas, desenvolver novos aplicativos, distribuir soluções encontradas, garantindo que o conhecimento acumulado entre aquelas pessoas possa melhorar as vidas de muitas outras.

Da combinação dos dois instrumentos mencionados surgem projetos diversos pelo país. Gil Giardelli tem ótimos exemplos quando lembra em seu livro *Você é o que você compartilha* do “Um teto para meu país”¹⁴, pelo qual estudantes universitários se unem para construir casas populares em cidades diversas (GIARDELLI, 2012). Pensemos nos tempos em que vivemos em que custa cerca de 2 reais fazer uma tela de proteção contra insetos, o conhecimento contra epidemias ligadas a falta de saneamento básico é redundante em universidades, mas nos próprios campi faltam telas nas janelas. Quantos esforços semelhantes poderiam ser criados a partir do campus para comunidades inteiras.

Além da ação direta, há possibilidades como a plataforma *Patreon* que permite patrocinar sites e canais do Youtube de sua preferência. Pense no trabalho de Francine Lima com o canal “Do campo à mesa”, em que orienta pessoas com seus vídeos sobre como evitar cair em ciladas da indústria de alimentos processados. Ensina a ler listas de ingredientes, como se alimentar melhor, o real significado de substâncias presentes no que comemos. Diferente do *crowdfunding* descrito antes, não se paga para que ela faça, mas para que exista (apesar de em algumas ações específicas seu canal abrir a possibilidade de fazer reportagens se arrecadar o que precisa). Assim, você constrói junto aos *streamings* um serviço por assinatura personalizadíssimo.

É possível que o dinheiro esteja contado demais para que se sinta seguro para patrocinar o que lhe agrada. Pode gerar conteúdo *on-line* para ser usado por outros. Não precisa criar um canal de vídeo próprio nem alimentar um blog com textos continuamente. Basta que tenha o que

¹⁴ Disponível em: www.umtetoparameu Pais.org.br.

ensinar por algum tempo em vídeo. Pode se alistar em plataformas de cursos digitais gratuitos como Coursera para que outras pessoas vejam e forneçam material para ações concretas dispersas pelo mundo.

O conhecimento compartilhado é possível de diversas formas. Vídeos de palestras curtas dos *Ted Talks* são de grande importância para que se possa pensar diferente, encontrar novas soluções para nossos problemas, mas grande parte do acervo ainda não tem legendas em português. Apesar disto, é importante lembrar que aqueles vídeos que estão legendados no nosso idioma foram feitos por voluntários. Qualquer um que queira praticar seus estudos em outro idioma pode fazer isto por meio do fornecimento de legendas no Youtube.

O ativismo digital tem em expressões artísticas um caráter ilimitado em suas consequências. Pensemos em dois casos que conciliam ideias globais e locais. Um caso de clássico contemporâneo é a obra de Banksy. Este artista, grafiteiro em muros nas ruas de diversas cidades, tem repercussão mundial em tudo que ele pinta, contestando o capitalismo, guerras, exploração do trabalho infantil, entre outros temas. Nunca está apenas no muro, já que sua obra se completa com a divulgação feita pelo pintor, que nunca revelou sua verdadeira identidade, em diferentes redes *on-line*.

Mais recentemente, o compartilhamento de ideias gerou outro aspecto não internacional (pelo menos até esta data) mas debatido em todo o país. Uma porta de banheiro na USP, com uma mensagem homofóbica, gerou nota de repúdio da reitoria, obrigou políticos a responderem, jornalistas por todos os lados comentaram, pois, toda mensagem de ódio, hoje, precisa ser combatida instantaneamente para que não se espalhe, devido à facilidade para que isto ocorra *on-line*.

Estas ferramentas de compartilhamento nos mostram que há uma tensão sutil nas redes sociais. Seus gestores estimulam com seus algoritmos sobre nossos comportamentos digitais para que possamos ver cada vez mais apenas sobre nós mesmos, aprendendo apenas sobre

nossos próprios interesses. Porém, nossos “laços fracos”, vínculos feitos para além da família e de amigos mais próximos, estão na nossa rede para trazer informações que não estejam diretamente relacionadas ao próprio umbigo. São, como diz Castells, “fontes de informação, de trabalho, de desempenho, de comunicação, de envolvimento cívico e de divertimento”, mediados por vínculos fracos, mas contínuos (CASTELLS, 2003, p. 107). Por isto, para Castells, a internet está longe de ser uma área livre, mas sim um “terreno contestado” (Idem, p. 141), pois a liberdade de expressão terá todas as formas de limites ao mesmo tempo em que nos traz ferramentas para a luta por informações.

Quando pensamos no caráter global de qualquer manifestação não presencial, manifestações estéticas imprevistas tornam-se atos de contestação. Assim já ocorre com a pornografia e os jogos eletrônicos. No primeiro caso, a personagem Savita Bhabhi foi criada por cartunistas indianos que moram fora do seu país para difundir pela internet direitos sexuais para as mulheres (suas personagens comandam as ações eróticas)¹⁵ e jogos que insistem em não se adaptar a padrões morais de diferentes países e geram novos comportamentos quando jogados em rede com participantes normalmente reprimidos em suas localidades de origem¹⁶.

¹⁵ Nas palavras de um artista entre os criadores, Punnet Agarwal: “uma das razões para criar a personagem foi para mostrar que a mulher indiana também tem desejos sexuais. A Índia é um país em que a repressão sexual é muito forte, e eu acho que a liberação vai vir primeiro através das mulheres.” (LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM DEBATE, 2012).

¹⁶ Nos debates estado por estado nos Estados Unidos sobre legalização do uso da maconha, um jogo foi banido da App Store pela Apple. Tratava-se da administração virtual de uma fazenda para plantação de maconha (FISCHMANN, 2014). São muitos os casos de jogos on-line banidos de países por terem personagens homossexuais ou mulheres.

Como usar a transparência pública digital em nome da sociedade

Michel Foucault teve entre suas contribuições para os estudos políticos o papel da perspectiva do *Panóptico*, um espaço em que todos poderiam ser vigiados por poucos em tempo integral, por meio de estruturas arquitetônicas feitas para este fim. Porém, Zygmunt Bauman, citando Thomas Mathiesen, considera que era apenas uma longa etapa, não um estado definitivo para nossa sociedade. Afinal, estamos com o *Sinóptico* como predominante, em que “em vez de poucos vigiarem muitos, agora são muitos que vigiam poucos” (BAUMAN, 2000, p. 77).

É deste modo que funciona a nossa legislação que permite a fiscalização do Estado e de corporações. Impõe-se no Brasil de hoje a transparência tanto ao cidadão quanto ao consumidor no acesso a informações.

Todavia, as implicações da cibercultura para a luta por direitos vai muito além no nosso cotidiano da centralidade contra o Estado. Como resposta direta à globalização, os produtos que são fabricados para distribuição mundial recebem barreiras judiciais antes mesmo de começarem suas importações. Ações civis públicas têm sido feitas no Brasil, tendo em mente questões de direito do consumidor ou proteção ao meio ambiente com base em denúncias em outros países, mas que temos acesso por meio de redes sociais muito antes da imprensa local descobrir o problema.

Do mesmo modo, o pensamento global faz com que uma piada sobre um grupo da sociedade, um país, um povo seja motivo de indignação quase instantânea. A ofensa a hábitos de alguma nação, até poucos anos atrás, sem internet de alta velocidade e sob custo decrescente, um show de humor ou um programa de TV poderiam claramente ser voltados para um público particular, sem que aqueles que foram ofendidos ficassem sabendo ou, ao saberem, sem terem instrumentos de

voz própria. Com a quebra do monopólio da fala, todos podem se fazer ouvir contra xenofobia, homofobia, racismo.

Além destas medidas, é preciso lembrar do papel do *habeas data*¹⁷. Quando foi incorporado ao sistema jurídico brasileiro por meio da Lei n. 9.507, de 1997, tinha-se em mente garantir nosso acesso a bancos de dados públicos em que constassem informações sobre vítimas da ditadura militar brasileira. Porém, quando vazam informações por meio do Anonymous sobre entidades estatais, podemos logo cobrar do Estado quais são aqueles documentos, com uma petição contra alguns entes públicos específicos. Assim, um vídeo de menos de um minuto com uma prisão arbitrária em uma cidade que, por um smartphone, alguém divulgou em suas redes sociais pode gerar um *habeas corpus* naquela cidade (afinal, qualquer cidadão pode impetrá-lo) e *habeas data* para acesso a inquérito, ação criminal, contra a pessoa que tenha sido vítima de abuso de autoridade.

Mais do que isso, o *habeas data* resguarda nossa privacidade. Como bem lembra Paulo Hamilton Siqueira Júnior, garante nossa intimidade porque temos direito a saber quem coleta dados sobre nós, com que finalidade, em qualquer contexto midiático (SIQUEIRA JÚNIOR, 2007). Mesmo se forem informações públicas ou em espaço público, teremos como nos proteger contra uso indiscriminado por ser nossa imagem ou nossa voz ou ambos.

Do *habeas data*, precisamos partir para quantas informações existem sobre nós. Quando se fala em Big Data, trata-se de um grande conjunto de informações (dados) armazenados, mas não a quantidade de dados armazenados e sim como esses dados são utilizados pelas empresas e demais detentores dessas informações. Esse detalhe apresentado não é mais ignorado pelo universo jurídico e trouxe consigo um

¹⁷ “O *habeas data* é a ação constitucional que tem por finalidade assegurar o direito subjetivo público do conhecimento das informações do indivíduo, constantes de registros ou bancos de dados de entidades de caráter público, com a possibilidade de retificação de dados errôneos ou da complementação de informações” (SIQUEIRA JÚNIOR, 2007, p. 264).

bom desafio na elaboração de projetos de Big Data, pois, como dito, a forma que conduzem a utilização desses dados é onde mora seu cerne.

Encontramos no sistema jurídico brasileiro diversas normas que tratam da privacidade e da intimidade, direitos que são protegidos também em tratados internacionais, como o Pacto de San José da Costa Rica. Já no artigo 5º da Constituição Federal, encontramos esses direitos resguardados e garantidos. Encontramos no Código Civil (artigos 11, 12, 20 e 21), Código de Defesa do Consumidor (artigos 43 e 51), no Decreto 7.962, de 15 de março de 2013 (Contratação no comércio eletrônico), na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – artigo 100), na Lei 9.296, de 24 de julho de 1996 (Lei de Interceptação ao Fluxo de Comunicações em Sistemas de Informática e Telemática), na Lei 9.507, de 12 de novembro de 1997 (Lei do Habeas Data), na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e, finalmente, na Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) direcionamentos e garantias de proteção a nossa intimidade e privacidade, o que acarreta diretamente na proteção do armazenamento e utilização dos nossos dados pelos detentores desse poder.

O Marco Civil da Internet precisa ser considerado como a Constituição da Internet no Brasil, tratando-se de uma lei repleta de princípios, garantias, direitos e deveres norteadores do uso da grande rede em território nacional e os direcionamentos para os entes da federação em relação à matéria.

Vivemos um momento único, onde o digital nos apresentou a pangeia moderna, através da sua conectividade e integração da comunidade mundial, com isso os problemas que eram tidos como muitas vezes exclusivos de um determinado local, agora é visto sobre o prisma internacional e os diversos sistemas jurídicos. Dirley da Cunha Júnior nos remete a Marcelo Neves quando nos fala da “relação transversal permanente entre as distintas ordens jurídicas em torno de problemas constitucionais comuns” (CUNHA JÚNIOR, 2013, p. 43).

Nesta seara, do pluralismo jurídico e da transversalidade das interpretações, fundamentais para o multiverso do digital, percebemos que a conclusão do Sérgio Coutinho (2014, p. 174) se encaixa bem: “o Estado Constitucional passa, assim, a ser interpretado como um projeto coletivo, que incorpora diversos grupos da sociedade e não apenas comandos genéricos, válidos para a sociedade como ente genérico, igual para todos sem distinções.”

Quando lidamos com a educação, este caráter transnacional também se faz presente. É assim que os projetos Escola Livre de algumas câmaras de vereadores pelo país já nascem anacrônicos. Ao defenderem que seria preciso ter instrumentos para evitar a “doutrinação ideológica” nas escolas, esquecem que parte da formação estudantil nas próprias escolas dá-se por material construído nacionalmente, vídeos por YouTube e Netflix, estímulo para que estudantes criem blogs, trabalhos em *streaming* entre outras ferramentas.

Como afirma Castells ao abrir seu livro *A Galáxia da Internet*: “A rede é a mensagem” (CASTELLS, 2003, p. 7). Quem quer criar barreiras para a difusão de ideias não será bem visto, logo toda forma de repressão passa a ser alienígena diante da cibercultura eliminando distâncias entre *off-line* e *on-line* com smartphones, tablets e internet fazendo com que tudo esteja conectado 24 horas.

Contudo, segundo o próprio Castells, a internet “não pode fornecer um conserto tecnológico para a crise da democracia” (Idem, p. 129). O ativismo digital brasileiro tem suas próprias contradições. Afinal, lidamos mal com o compartilhamento de informações privadas, da vida pessoal de cada usuário. Fora da esfera privada, nossa democracia, que tem menos de 30 anos de existência com a redemocratização dos anos 1980, ainda aprende a lidar com a liberdade de expressão e o respeito à diferença de ideias. É o preço da internet ser “um canal de comunicação horizontal, não controlado e relativamente barato” (Idem, *Ibidem*) em uma sociedade de homens cordiais, como diria Sérgio

Buarque de Holanda, em que escrevemos e gravamos vídeos muitas vezes movidos pela emoção instantânea, reagindo diretamente com baixa reflexão. Precisa ser o papel diuturno do ativista digital não passar este exemplo, que inibe sua mensagem e difunde violência simbólica e incitação a crimes *off-line* em vez de unir pessoas em direção a concretizar objetivos coletivos.

A reflexão sobre limites jurídicos ao ativismo digital no Brasil, dando espaços para sua atuação e regulando-a para evitar excessos, tem como marco legal o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, publicado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em setembro de 2000. Neste documento constam as metas para o Programa Sociedade da Informação, da Presidência da República.

Como é típico para uma sociedade cujo mercado é crescentemente global, até hoje grandes ações para limitar a ação de empresas transnacionais no país vêm da aplicação de uma lei pré-internet, o Código de Defesa do Consumidor, de 1990. Por ser um código principiológico, facilmente adapta-se a diferentes mercados, sem que leis específicas precisem atualizá-lo continuamente. Basta que seja interpretado à luz da Diretiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu, de 2000, para que tenha plena atualização dos seus princípios. Na sua interpretação feita por Roberto Senise Lisboa:

- a. o princípio da não autorização prévia, segundo o qual fica vedada a imposição de serviços sem o consentimento anterior do consumidor;
- b. o princípio da transparência, mediante o fornecimento de um acesso fácil, direto e permanente às informações de base relacionadas com a atividade do usuário;
- c. as comunicações comerciais devem ser claramente identificadas e inequívocas, de modo a reforçar a confiança do consumidor e garantir práticas comerciais leais (art. 6º);
- d. a garantia do direito de recusa de recebimento de comunicação comercial não solicitada previamente (opt-out);

e. a garantia de supressão de qualquer forma de interdição ou restrição em matéria de contrato eletrônico, segurando-se o direito fundamental do consumidor à informação;

f. o princípio da responsabilização dos intermediários, notadamente os provedores, diante de conteúdos ilegais e prejudiciais publicados na sua rede, exceto quando o provedor realiza a simples transmissão de informações provenientes de terceiro (...) (LISBOA, 2007, p. 133).

Como fundamentos para a interpretação, a origem fora do país não atrapalha em nada para a aplicação nacional, pois estamos pensando em empresas que vendem para qualquer lugar estando elas fixadas muitas vezes apenas em um endereço eletrônico usando um meio, a internet, que não tem CEP nem CNPJ.

O dever de rotulagem dos alimentos no Brasil, informando se são transgênicos, se têm glúten, se têm corantes, entre outras limitações não resultou de lutas locais mas de campanhas internacionais e alterações na regulação de alimentos na União Europeia e nos Estados Unidos. As campanhas brasileiras foram uma espécie de “franquia”, usando palavras de ordem e argumentos eficientes em seus países iniciais. O intercâmbio de informações realizado em fóruns *on-line*, canais do Youtube e páginas do Facebook tem influenciado na criação de novas regulamentações com mais celeridade do que qualquer discurso parlamentar. O dever de informar no Direito do Consumidor encontrou novos caminhos para luta por meio da conexão entre o direito à alimentação, o direito à saúde e à informação sobre como nos alimentamos, com grande papel da Lei de Biossegurança (Lei 11.105 de 2005) e portarias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A ausência de informações, como bem alerta Ana Elizabeth Lapa Wanderlei Cavalcanti, “atinge o consumidor na sua própria pessoa, tanto no aspecto do direito fundamental como no seu direito da personalidade” (CAVALCANTI, 2007, p. 156). Como

alerta a cada vídeo Francine Lima¹⁸, “você é o que você sabe sobre o que você come”.

É curioso lidar com Francine neste momento, em um capítulo que em seus primeiros parágrafos constava a Constituição Federal brasileira. Diferente do canal no Youtube mencionado, muitos cyberativistas adotam pseudônimos, quando a Constituição veda expressamente o anonimato, no intuito de defesa de direitos, porém Walter Capanema faz a leitura de como deve caminhar a interpretação do anonimato:

Muito embora a literalidade do art. 5º, IV da Constituição Federal proíba o anonimato, tendo em vista a importância que esse instituto é para a salvaguarda da identidade, vida, liberdade e honra do indivíduo, propõe-se uma reinterpretação dessa norma em consonância com a própria liberdade de expressão, de modo a afirmar que o anonimato vedado pela Carta Magna é só aquele que cause prejuízos a terceiros. O anonimato, sem dúvida alguma é um escudo contra a tirania, de onde quer que ela surja. (CAPANEMA, 2012)

Podemos equilibrar esta equação sem dificuldades se pensarmos que seus autores têm nomes associáveis àquelas ideias de canais específicos, blogs, fóruns, logo não há anonimato, mas uma identidade alternativa, um avatar, como é típico de espaços virtuais.

Não é possível qualquer um usar aquele espaço, que depende de login e senha para o acesso, e mesmo que exista uma equipe para as atualizações funcionará como a redação de um jornal tradicional, que é responsável pelo que se publica naquela mídia, acima das pessoas físicas mesmo identificáveis¹⁹.

¹⁸ As citações a Francine Lima não são trabalho de fãs, mas o reconhecimento a uma youtuber que, por seu canal e seu website sobre o direito à alimentação com informação adequada já levou reivindicações à ANVISA.

¹⁹ Na ficção recente, o FSociety do seriado Mr Robot representa este “pseudonimato” substituindo o anonimato, mas está diretamente inspirado no *Anonymous*, que tem a representação brasileira no Otário Anonymous do Canal do Otário. Se fosse possível identificar CPFs, não haveria como fazer as denúncias que fazem sem despesas milionárias com pro-

Fora da questão dos pseudônimos, a vida pública fica ressaltada e as despesas de pessoas públicas, representantes do Estado, tornam-se ainda mais evidentes. No Brasil, isto ganhou uma expressão apenas recentemente, com a Lei de Transparência, que impõe o dever de terem portais com dados da gestão e, por completo, as contas públicas, dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Um grande passo, pois a lei que alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos coloca no mundo da transparência e da gestão compartilhada dos recursos públicos, digo compartilhadas, no sentidos de todos terem acesso às informações necessárias no acompanhamento do destino final do dinheiro público.

Em tempos de pleno ativismo digital é inconcebível não convivermos com a transparência pública, sendo a internet um importante mecanismo para o acesso à informação, base preciosa para sobrevivência da democracia e instrumento forte no combate à corrupção. Controlar o acesso à informação, direito básico dos cidadãos, é característica de regimes totalitários e déspotas, que caminham contrários aos Direitos Humanos, este presente no art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

cessos judiciais. Se ofenderem alguém, sempre haverá a possibilidade do Google e do YouTube excluírem aqueles dados sem que seja preciso identificar a pessoa. Eis uma contradição possível do Marco Civil da Internet, pois ainda permanece em seu texto a possibilidade do autor ser identificável sob o enigmático motivo da "segurança nacional".

Como praticar o ativismo digital nos estados mais pobres do país

Não seria tão difícil falar no êxito de iniciativas de mobilização política e cultural *on-line* em cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O desafio situa-se na periferia econômica do país, em localidades como Alagoas, o estado com pior IDH brasileiro, onde nós, autores do livro, moramos e participamos de grandes mudanças.

Podemos resumir alguns dados para legitimar as páginas sobre o ativismo digital alagoano. Segundo dados recentes coletados pelo economista Cícero Pércles de Carvalho em palestras pelo estado²⁰, estamos falando de onde apenas 3% da população economicamente ativa tem renda igual ou superior a cinco salários-mínimos. Segundo números do Tribunal Superior Eleitoral, no recadastramento de eleitores em 2014, analfabetos e com ensino fundamental incompleto somam 57% da população, com cerca de 1 a 3% da população com acesso ao ensino superior. Falamos em 3 milhões de cidadãos, 1/3 na capital. Se os números não forem suficientes, o turismo vendido ao país mostra apenas belezas naturais, sem grandes estruturas urbanas para receber consumidores, pouco além do que já estava pronto por sorte biológica e geográfica. Se insatisfeito com estas informações, cerca de 90% da economia do estado é dependente de transferências federais, principalmente por Previdência Social, Bolsa Família, Fundeb, PSF, Agroamigo, Crediamigo e Pronaf.

Porém, com 3 milhões de habitantes (sabemos que já dissemos isso) há, ainda segundo Pércles em sua conferência, 4.176.732 celulares ativos (destes, cerca de 90% são pré-pagos), grande parte com acesso à internet. A interiorização da universidade pública no Brasil, rápida nos últimos 15 anos, com abertura, também, de grande

²⁰ Partimos, especificamente, da palestra proferida na FAN-FGV em 17 de março de 2016 sobre “A Economia de Alagoas”.

número de instituições privadas de ensino superior, vem mudando a visão de mundo dos alagoanos, o número de pobres passou de 2 milhões e 700 mil, em 2003, para 1 milhão e 400 mil em 2014, com aumento de 62% no número de trabalhadores com carteira assinada nos últimos dez anos.

Não sejamos otimistas sobre a mudança gradual e sutil no estado sem mostrar, além de números recolhidos por um pesquisador que os atualiza todos os anos, um pouco sobre quem luta por esta mudança. Falemos do ativismo digital no estado, com ênfase necessária na transformação da mobilização política no interior.

José Marques de Melo, seguindo uma tradição das teorias da globalização que no Brasil começara com Octávio Ianni, chama de “cidadania glocal”²¹, pois começa especificamente em um lugar mas com a consciência sem limites para os efeitos do que se deseja (MELO, 2011)²². Melo usa como paradigma sua própria cidade (também de um dos coautores deste livro), Santana do Ipanema.

[...] Outro dia, visitando o sertão das Alagoas, onde nasci e me criei, tive a impressão de que a brecha cognitiva começava a diminuir, justamente pelo ingresso da sociedade nordestina na galáxia digital. Só no município de Santana do Ipanema, onde desfrutei minha juventude, existem três portais, que disseminam notícias sertanejas para todo o planeta (MELO, 2011, p. 78).

²¹ Para conceituar o pensamento glocal, temos Giovanni Alves, quando afirma: “...seriam indissociáveis, por um lado, a generalização e a unificação de instituições, símbolos e modos de vida [...] e, por outro lado, a redescoberta e a valorização, e mesmo a defesa das culturas e das identidades locais ...” (ALVES, 2001, p. 30)

²² É preciso lembrar a história sempre propagada em Pernambuco do modo como a Rádio Jornal do Commercio, ao comprar equipamentos sofisticadíssimos no começo do século XX para o que seriam à primeira vista transmissões apenas no próprio estado adotou o *slogan* “Pernambuco falando para o mundo!”, que durou décadas e tornou-se bordão para grupos ligados a cultura popular, blocos de carnaval entre outras manifestações locais. Antônio Nóbrega converteu o *slogan* em canção no CD homônimo, que pode ser encontrado no Spotify e no Youtube.

Outrora, lembra-nos Marques de Melo (2013, p. 269) a passagem do escritor alagoano Graciliano Ramos, que se referia a cidade sertaneja de aproximadamente 48 mil habitantes, “como ‘terra espinhosa’, cuja paisagem é dominada por mandacarus e cujos remanescentes populacionais, condenados à barbárie do isolamento, nas frequentes e prolongadas estiagens, eram induzidos a permanecer ‘fora da lei’.”

O Mestre Graça não imaginava que, além da predisposição da cidade alagoana para o desenvolvimento (devido a sua localização privilegiada, sendo a cidade central para o sertão alagoano, fazendo a ponte entre Palmeira dos Índios à Delmiro Gouveia, na divisa com Paulo Afonso, na Bahia), Santana também seria foco de grandes atividades digitais. Diversas manifestações em busca de melhorias do bem-estar da população foram agendadas pelo Facebook na primeira década do nosso século, organizadas por jovens universitários da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e diversos estudantes secundaristas das redes municipal, estadual e privada.

Ainda na onda dos protestos de 2013 que tomaram todas as capitais do Brasil e algumas cidades do interior, Santana do Ipanema não ficou de fora e o movimento #VemPraRuaSantana nasceu nas redes sociais e levou às ruas centenas de jovens. Do movimento que reivindicou melhorias nos serviços públicos na cidade, surgiu o documento “Carta de Santana”, este que foi protocolizado na Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores e enviado ao governo do estado. Não é exagero quando Marques de Melo afirma, com entusiasmo: “O avanço das telecomunicações pôs fim ao isolamento sertanejo e agora a disseminação da internet colocou Santana definitivamente na aldeia global.” (MELO, 2013, p. 272).

Em Alagoas, o movimento ativista digital caminhou a passos largos. Com suas características e suas peculiaridades que asseguraram sua força e importância com uma cara própria. Entre tantos exemplos

do ativismo na terra “onde há lagoas” como canta Eliezer Setton²³, passaremos pelas cidades de Arapiraca, Murici, União dos Palmares, Viçosa, Palmeira dos Índios e Maceió.

Quando o Twitter surgiu, seu rápido sucesso mundial não foi diferente em Alagoas, onde muitos tuiteiros surgiram e perceberam que esta ferramenta poderia ir além das suas mensagens limitadas a 140 caracteres. O primeiro grande ato gerado foi o movimento @SOSALAGOAS em prol das vítimas das enchentes que abateram diversas cidades da zona da mata alagoana no ano de 2010, marcando pontos de encontro de voluntários e de coleta para arrecadar alimentos e roupas. Serviu, também, como mecanismo de cobrança das autoridades responsáveis pela reconstrução das cidades atingidas.

A cidade de Arapiraca, além de diversas manifestações de rua que nasceram na internet, foi ponto de encontro de um grupo de tuiteiros alagoanos, conhecido como “@Twittara”. Inicialmente, o encontro nasce com a ideia de confraternização e de se conhecerem pessoalmente, quebrando assim, as barreiras da internet. Porém, dessa concepção inicial a coisa foi ganhando novos adeptos e uma nova concepção.

Em Murici aconteceu o primeiro encontro de tuiteiros (@Twittarcy) com um novo formato e contando com a presença de muitos que estavam em Arapiraca, porém esse novo formato foi provocador ao questionar os presentes sobre a importância do bom uso das redes sociais e suas possibilidades.

A ideia foi aperfeiçoada naquele que foi o maior encontro de todos, inclusive com sua *hashtag* indo parar nos *TrendsTopics*, gerando curiosidade, elogios e ataques xenófobos (sem maiores repercussões dos infames). Em União dos Palmares, terra onde está localizada a Serra da Barriga que abrigava o Quilombo de Zumbi dos Palmares, aconteceu

²³ Na canção “Não há quem não morra de amores pelo meu lugar”, hino não oficial do estado composto pelo artista e cantado com frequência em seus shows. Recomendamos que procure no Youtube sua interpretação.

o Encontro de Tuiteiros de União dos Palmares, ou como foi chamado de “@TwittÃO”.

O evento contou com diversas atividades culturais e palestras sobre vários assuntos pertinentes ao mundo digital, entre os temas podemos citar: “novas mídias nos meios de comunicação e sua relação com a sociedade”, “O twitter e a participação social: A cidadania em rede” e “Mobilização, política e redes sociais em Alagoas”.

Um importante momento do evento em União dos Palmares foi quando a *hashtag* #NoTwittAO ficou em segundo lugar nos assuntos mais comentados no país pelo twitter no Brasil. Muitos brasileiros de diversos estados se perguntavam do que aquilo tratava e foram respondidos pelos participantes do evento, enquanto outros, infelizmente, ao descobrirem que o evento acontecia no Nordeste, destilavam seus venenos xenófobos.

O @TwittÃO foi o único evento que teve uma segunda edição, realizada em 2012, quando ocorreram eleições municipais. Manteve-se com o mesmo intuito de difundir o uso dessas redes de modo consciente e proativo e agora com uma novidade, o estímulo, através de palestra para o seu uso comercial. Neste evento, como no anterior um dos autores deste livro, o José Marques, entusiasta desses eventos – participando de todos, teve a oportunidade de falar com os demais participantes sobre as “Eleições 2012 e o uso das Redes Sociais”, palestra direcionada para o que era permitido e não nas redes e também, e demonstrando a força do cidadão na internet no acompanhamento dos seus candidatos durante e depois das eleições daquele ano.

Ocorreram mais eventos como esse nas cidades de Palmeira dos Índios (@Twittíndios), cidade onde Graciliano Ramos foi prefeito, e Viçosa (@ViçosaInRede), berço cultural alagoano e terra do icônico para a democracia brasileira Senador Teotônio Vilela. Os dois eventos mantiveram a ideia sedimentada em União dos Palmares: levar o ativismo digital para seus municípios como meio de transformação e participação social.

Já em Maceió, capital alagoana, a vida digital é mais intensa, com inúmeras manifestações populares organizadas pelas redes sociais para cobrarem a efetividade de direitos assegurados por lei e para melhorias no espaço urbano. O debate sobre o ativismo digital sempre esteve muito presente nos eventos realizados em Maceió, desde os eventos formais como os informais. Os Encontros de Blogueiros Alagoanos (@Ebalagoas) não apenas consolidaram a comunicação *off-line* entre comunicadores independentes mas tiveram a finalidade de debater a importância dos blogs no ativismo digital.

O 1º Prêmio Alagoano de Blogs, realizado em 2010, teve a intenção de identificar, mapear e reconhecer os autores de blogs de Alagoas. O Prêmio foi uma iniciativa do governo do estado de Alagoas através da Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento (Seplan/AL), Instituto de Tecnologia em Informática e Informação (ITEC/AL), do Laboratório Brasileiro de Cultura Digital juntamente com o apoio do Alagoas Colaborativo, do DeRepente e de toda a blogosfera de Alagoas. A iniciativa fez parte das ações desenvolvidas pelo Programa Alagoas no Mapa, coordenado pela Seplan e ITEC, que tinha como foco a inclusão digital e a difusão de informações sobre Alagoas na rede, como mecanismo de preservação na nossa história e cultura.

Depois do Prêmio Alagoano de Blogs a união dos blogueiros foi um marco em nossa história, pois a produção colaborativa cresceu e sua força foi importante na cobrança por uma gestão pública transparente e respeito pelos direitos de muitos violados constantemente em nosso estado. A produção ciberativista foi direcionada também nos sentidos cultural e artístico, quando diversos blogueiros fizeram com que a sua literatura, com crônicas, poemas e contos, ficasse conhecida de um modo inédito.

A segunda edição do Prêmio foi um sucesso com mais de cem blogs inscritos de todos os cantos de Alagoas. Blogs com temáticas diversificadas que atendiam a todos os gostos. A atividade estava cada

vez mais difundida e o seu conteúdo riquíssimo disponibilizados a todos que tivessem interesse de conhecer um pouco mais da produção dos alagoanos. Moda, política, profissional, autoajuda, pessoal, literatura e tantas outras temáticas estavam ali no 2º Prêmio Alagoano de Blogs sendo premiados e incentivados a continuarem na produção constante. Para resumir o papel do evento, disse José Marques em seu blog à época, na divulgação: “Somos formadores de opinião, somos produtores de cultura clássica, popular, erudita e pop, somos guias de um Estado lindo e rico em belezas naturais e pessoais, somos letra e melodia em músicas que embalam a madrugada de muitos alagoanos em frente a um computador”.

Uma outra atividade realizada por blogueiros alagoanos com exemplo de ativismo digital foi o #LessaBlogs, que faz referência ao ex-governador de Alagoas Ronaldo Lessa, controverso e habilidoso nas palavras, o estadista recebeu em sua casa para uma entrevista um grupo de blogueiros com visões políticas diversas que tinham a intenção em produzir um conteúdo colaborativo, cada um com sua forma peculiar de escrever a história, e questionar os seus políticos sobre a sua gestão e a forma de fazer política. Com perguntas inquietantes, o ex-governador, com muita habilidade, ia respondendo um por um e daquelas respostas cada blogueiro iria produzir o seu texto sobre o dia e o conteúdo do bate-papo. A maior empreitada do grupo foi tentar uma entrevista com o governador na época, Teotônio Vilela Filho, que conduzia uma gestão que era acompanhada por todos, entre o amor e o ódio. A tentativa ficou conhecida como o #TeoBlogs, mas infelizmente, a entrevista não aconteceu devido às inúmeras desculpas e justificativas vazias do governador e sua assessoria.

O Ativismo Digital em Alagoas não parou por aí. Em 2013, quando o Brasil fervilhava com as maiores manifestações populares já vistas em sua história até o momento, jovens universitários e secundaristas organizavam também o protesto aqui pelo Facebook, que no primeiro momento

conseguiu agrupar um número interessante de manifestantes, porém num segundo momento conseguiu levar às ruas milhares de pessoas, todos com bandeiras diversas e clamando por um Brasil melhor e uma Alagoas mais igualitária. Da Praça Centenário até a orla da praia de Ponta Verde, passando pelo centro da cidade e outras tantas vias maceioenses, a multidão caminhava com cartazes e palavras de ordens. Castells (2013, p.177) diz que “o legado dos movimentos sociais em rede terá sido afirmar a possibilidade de reaprender a conviver. Na verdadeira democracia”. Aos poucos fomos aprendendo a conviver na democracia, as manifestações de 2013 foram importantes para esse aprendizado, que já vinham sendo somadas tantas outras manifestações organizadas *on-line* ou *off-line*.

Muitos não acreditaram nas manifestações que ocorriam nas ruas das capitais brasileiras, muito menos nas que ocorriam nas ruas alagoanas. Num dos cartazes que estava estendido nas manifestações em Santana do Ipanema e que se repetiu em Maceió dizia: “desculpem os transtornos, estamos tentando mudar o Brasil.” Por mais ideologias que esses meninos e meninas tivessem dentro de suas concepções políticas, a principal característica era pluralidade de ideologias representada pela não aceitação de bandeiras de partidos nas manifestações, isso para evitar que algum vendilhão da esperança alheia tomasse para si algo que nasceu na grande rede, sem dono, sem líder e sem cor, e também pela desconfiança generalizada que os brasileiros têm nos seus representantes políticos.

O verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política. (CASTELLS, 2013, p.173)

O empreendedorismo social digital no estado tem repercussão mundial, com o *#sururuvalley* como modo de pensar de diversas *startups*

locais resultando em aplicativos e serviços digitais. O maior exemplo é o *Hand Talk*, aplicativo gratuito (mas com versão paga para empresas) que converte com grande eficiência Libras (Linguagem Brasileira de Sinais) para a língua portuguesa e vice-versa com o simpático avatar Hugo, fazendo as vezes de um intérprete. Seus responsáveis foram premiados em um concurso das Nações Unidas em Dubai, quando foi considerado o melhor aplicativo do mundo, em 2013.

O potencial é incalculável para o que ainda pode ser feito. Como bem lembra Marques de Melo:

Agora, a inclusão digital dos excluídos sociais que engrossam as fileiras do programa “Bolsa Família” e congêneres tem a chance de cultivar seus valores culturais nos ‘cybercafês’ instalados pela rede pública em escolas, igrejas, sindicatos e centros comunitários, permitindo o diálogo com os produtores da cultura popular que resistem estoicamente, preservando o legado dos seus ancestrais (MELO, 2011, p. 80).

Não sabemos o que ainda pode surgir, com a inclusão digital irrefreável que aparece à medida que as cidades abraçam programas de acesso à internet, a educação a distância se expandindo e a internet como parte do mínimo existencial de direitos para todos.

Conclusão: Caminhos insurgentes para o ativismo digital

Esperamos que ao ler este livro já o considere, pelo menos parcialmente, superado. Talvez os problemas enfrentados pelos ativistas digitais não estejam superados, mas novas mídias, novos aplicativos, linguagens sempre em transformação precisarão ser acompanhadas com cuidado por quem quiser compreender este fenômeno.

Aqueles que militaram por portais com internet discada estão hoje adaptados a smartphones com 4g e *wifi*. Não sabemos o que virá mas, se não for voltado ao bem-estar da humanidade, encontrará pessoas dispostas a lutar por dias melhores. Mais importante do que a tecnologia sempre serão as pessoas que as movem, que sejam sempre direcionadas por nós para que possamos viver e conviver com crescente dignidade.

Não vivemos em uma realidade diversa do mundo digital, mas sim vivemos um único mundo, não cabe mais divisões entre o real e o virtual, *on-line* ou *off-line*; pensar dessa forma dicotômica é insistir em viver no século XX. Já se comenta sobre uma era do pós-digital, onde tudo está conectado e interligado, não existindo mais fronteiras ou idiomas que dificultem a interação entre os povos. Vivemos a pangeia moderna e essa não caminha para o rompimento, mas sim, para união constante das nações.

Quem ainda não percebeu o novo mundo em que vivemos ficará fora de um contexto contemporâneo e universal. Porém, essa adaptação apresenta grandes desafios para os ativistas e não ativistas, para as instituições, para as lutas por direitos humanos. Precisamos nos adequar para acompanhar a velocidade com que as coisas evoluem no multiverso digital e atender às demandas decorrentes das relações jurídicas, políticas e culturais que surgem, muitas vezes de forma espontânea, entre as pessoas.

À medida que as tecnologias tornam-se mais baratas, os cabos melhoram, as redes podem ser mais rápidas, cada vez mais gente estará *on-line*. Principalmente, grupos da sociedade que, excluídos por gerações, passam a ter voz e a exigir sua voz. Por isso a militância *on-line* é tão diversificada em suas causas, fragmentada em seus ambientes e criativa em suas estratégias.

Não lidamos com uma internet usada por todos mas já a defendemos como direito de todos. Acompanhamos neste livro esta dinâmica, com a constante evolução das lutas virtuais para poderem ter cada vez maior impacto sobre demandas reais. Examinamos este movimento no mundo para compreender o que se passa no Brasil dos últimos 20 anos. Pudemos considerar as consequências políticas e jurídicas nacionais. Foi possível mostrar que, independentemente da riqueza econômica e de infraestrutura de um estado brasileiro, as transformações são perceptíveis e nada sutis, com o exemplo de Alagoas.

Não sabemos o que virá, mas, se temos leitores, temos cada vez mais interessados na utilização da internet para que os direitos de todos sejam exercidos por todos.

Recomendações para o começo do seu ativismo digital

DHNET

<http://dhnet.org.br>

Este sítio é a rede mais antiga no Brasil para educação em direitos humanos, com vídeos, apostilas para montar cursos entre outras ferramentas para que qualquer um possa iniciar atividades em ONGs, como extensão universitária ou solitário, formando pessoas para a defesa dos direitos humanos.

Canal do Otário

<http://www.canaldootario.com.br/>

Otário Anonymous é um notório pseudônimo que se identifica como anarcocapitalista e dispõe em seu site e em seu canal do Youtube ferramentas interessantes para enfrentar excessos de empresas e se contrapor a abusos de autoridade governamentais.

Do campo à mesa

<http://canaldocampoamesa.com.br/>

Francine Lima oferece em seu site e no canal do Youtube (curiosamente, ela e Otário já contracenaram em alguns vídeos em seus canais) como se organizar para lutar contra abusos da indústria de alimentos, como se alimentar melhor e reclamar.

Hand Talk

Disponível para IOS e Android

Basta baixar o aplicativo para poder direcionar quaisquer atividades de seu interesse para o cotidiano de pessoas com deficiência auditiva no Brasil.

Mundo em Movimentos / Blog do Marques

<http://mundoemmovimentos.com>

<https://blogdojosemarques.wordpress.com/>

Os autores do livro convidam a todos para conhecer nossos espaços não presenciais. Há anos mantemos estes blogs para falar sobre iniciativas de transformação social que chamam a nossa atenção.

Reclame aqui

www.reclameaqui.com.br

A mediação *on-line* dos problemas já é corriqueira nas relações de consumo. Mais eficiente do que resmungar pelo Facebook (o que a empresa acusada pode interpretar como difamação) é registrar ocorrência no *Reclame Aqui*, onde você terá o contato com a empresa facilitado para chegarem à solução do problema.

Ted Talks

<https://www.youtube.com/user/TEDtalksDirector>

Você encontrará iniciativas digitais criativas em todo o mundo por meio dos seminários TED, disponíveis no Youtube e, em grande parte, legendados em português.

Livros Recomendados

Você é o que você compartilha

Para uma perspectiva ampla do ativismo digital, recomendamos *Você é o que você compartilha*, de Gil Giardelli, já citado neste livro. O autor tem iniciativas a cada página, mostrando como nos integramos cada vez mais quando usamos bem os recursos digitais.

Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas ideias.

A boa compreensão do universo do empreendedorismo social vem com algumas iniciativas que começam individuais neste livro, mas que logo se expandem.

Referências

ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Praxis, 2001.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. Atores e ações de informação em redes sociais na internet: pensando os regimes de informação em ambientes digitais. *DataGramaZero: revista de informação*, v. 15, n. 3. Junho de 2014, p. 1-9. Disponível em: <www.dgz.org.br/jun14/Art_04.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____; PEREIRA, Bruno Cavalcante. O Twitter como ferramenta de mediação cívica: interatividade e conversação nas eleições municipais de Maceió. *Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho de Internet e Política no V Congresso da Compolítica*, realizado em Curitiba/PR, entre os dias 8 e 10 de maio de 2013. Disponível em: <www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GTO4-Internet-e-politica-RonaldoFerreiraDeAraujo.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ASSANGE, Julian (et al.) *Cyberphunks: liberdade e o futuro da internet*. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013.

BARBOSA, Marco Antonio. Poder na sociedade da informação. In: PAESANI, Liliana Minardi (coord.). *O Direito na sociedade da informação*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 31-60.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas ideias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRAGA, Sérgio; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; PENTEADO, Cláudio (org.). *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2014.

BRASIL. *Constituição Federal Brasileira de 1988*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. *Código Civil*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. *LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. *DECRETO Nº 7.962, DE 15 DE MARÇO DE 2013*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7962.htm>. Acesso em: 20 de jul. 2016.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. *LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9296.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. *LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9507.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. *LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. *LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CAPANEMA, Walter Aranha. O direito ao anonimato: uma nova interpretação do art. 5º, IV, CF. *A voz do cidadão*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>.

avozdocidadao.com.br/ imagens_02/artigo_ walter_capanema_o_di-
reito_ao_anonimato.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016.

CARVALHO, Cícero Péricles de. *A economia de Alagoas*. Conferência proferida na Faculdade de Negócios de Alagoas (FAN/FGV) em 17 de março de 2016.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. A rotulagem dos alimentos geneticamente modificados e o direito à informação do consumidor. In: PAESANI, Liliana Minardi (coord.). *O Direito na sociedade da informação*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 143-58.

COUTINHO, Sérgio. Promessas de junho de 2013 para a democracia brasileira: a consagração da não-criminalização dos movimentos sociais. In: COUTINHO, Sérgio; FRANÇA JÚNIOR; ALMEIDA, Luis Sávio (org.). *Direito, Sociedade e Violência: reflexão sobre Alagoas*. Maceió: Edufal, 2015, p. 25-44.

_____. *Metodologia para pesquisas jurídicas e sociais*. Maceió: Viva, 2014.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª ed., Salvador: Juspodivm, 2013.

FISCHMANN, Rafael. Jogo de plantação de maconha chega ao topo dos rankings da App Store e é banido pela Apple. *MacMagazine*, 21 de maio de 2014. Disponível em: <<https://macmagazine.com.br/2014/05/21/jogo-de-plantacao-de-maconha-chega-ao-topo-dos-rankings-da-app-store-e-e-banido-pela-apple/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Vaquinha virtual pró-Dilma arrecada R\$ 726 mil. 11 de julho de 2016. Disponível em: <www1.folha.uol.com>.

br/poder/2016/07/1790587-vaquinha-virtual-pro-dilma-arrecada-r-726-mil.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2016.

GIARDELLI, Gil. *Você é o que você compartilha*: E-agora: como aproveitar as oportunidades de vida e trabalho na sociedade em rede. São Paulo: Gente, 2012.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ISRAEL, Shel. *A era do twitter*: como a ferramenta de mídia colaborativa mais dinâmica da atualidade pode revolucionar seus negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KNAPPENBERGER, Brian. *We are legion*: the story of the hacktivists. 2012. 94". Disponível em <www.netflix.com.br>. Acesso em: 12 jul. 2016.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM DEBATE. A estrela pornô de histórias em quadrinhos na Índia. *Freespeechdebate*. Disponível em: <freespeechdebate.com/ pt/case_pt_br/a-estrela-porno-de-historias-em-quadrinhos-na-india/>. Acesso em: 12 jul. 2016.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 1999.

LIMA, Luciano. *Os direitos humanos na sociedade digital*: interfaces possíveis. Buqui Livros Digitais, 2015. Disponível em *Google Books*.

LISBOA, Roberto Senise. O consumidor na sociedade da informação. In: PAESANI, Liliana Minardi (coord.). *O Direito na sociedade da informação*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 113-142.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das mídias digitais*: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MELO, José Marques de. *Cidadania glocal, identidade nordestina*: ética da comunicação na era da internet. Campina Grande: Latus, 2011.

_____. *Alagoas na Idade Mídia*. Maceió: Viva, 2013.

PASEANI, Liliana Minardi. A flexibilização dos direitos: software livre e licença copyleft. In: PAESANI, Liliana Minardi (coord.). *O Direito na sociedade da informação*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 177-88.

POMPÊO, Wagner Augusto Hundertmarck; VIEIRA, Amanda Dias. Do virtual ao real: um estudo de caso acerca do papel do ativismo digital na mobilização e protestos pela tragédia da boate Kiss. *Revista de Estudos em WEbCidadania*, v.1: do direito à informação, uma expressão local e ativista nas searas da acessibilidade, entretenimento, saúde, segurança no trânsito, criança e adolescente. Dois L&A Ltda, 2015, p. 31-42. Disponível no Google Books.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. *Redes e ciberativismo*: notas para uma análise do centro de mídia independente. Disponível em: < www.bocc.ubi.pt/pag/rgitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2016.

SIMÃO FILHO, Adalberto. Sociedade da informação e seu lineamento jurídico. In: PAESANI, Liliana Minardi (coord.). *O Direito na sociedade da informação*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 5-30.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista da Universidade de São Paulo*. Dossiê Cibercultura. (p.14 – 27) Jun./jul./ago. 2010. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13811/15629>. Acesso em: 23 de jul. 2016.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton. Habeas data: remédio jurídico da sociedade da informação. In: PAESANI, Liliana Minardi (coord.). *O Direito na sociedade da informação*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 251-74.

SOUZA, Natalia. Aplicativo alagoano Hand Talk é eleito o melhor do mundo em concurso. *G1*. 05 de fevereiro de 2013. Disponível em: <g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/02/aplicativo-alagoano-hand-talk-e-eleito-o-melhor-do-mundo-em-concurso.html>. Acesso em: 18 jul. 2016.

Quem somos

José Marques de Vasconcelos Filho

Advogado inscrito nos quadros da OAB/AL, graduado pelo Centro Universitário CESMAC. Especialista em Direito Constitucional e pós-graduando em Direito Digital e Compliance, pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus, é professor de Direito Constitucional e Humanos no Centro de Ensino Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca, professor voluntário de Direitos Humanos e Código de Defesa do Consumidor desde 2013 na Faculdade da Cidade de Maceió para Terceira Idade (FACIMA-TI), membro da Escola Superior de Advocacia de Alagoas (ESA-AL) na gestão 2013-2015. Assessor da Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura de Maceió-AL. Coorganizador da coleção *Direito, Sociedade e Violência*, cujo primeiro volume foi publicado pela Editora da UFAL em 2015.

Sérgio Coutinho

Bacharel em Direito, Licenciando em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas. Professor do Centro Universitário CESMAC e da FAN-FGV em Maceió-AL. Coordenador da Escola Superior de Advocacia de Alagoas (ESA-AL) na gestão 2013-2015. Responsável pelo blog Mundo em Movimentos (<http://mundoemmovimentos.com>). Autor do livro *Metodologia para pesquisas jurídicas e sociais* (2ª ed. Maceió: Viva, 2014). Coorganizador da coleção *Direito, Sociedade e Violência*, cujo primeiro volume foi publicado pela Editora da UFAL em 2015.

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Fátima Cleide

Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos

Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção O Que Saber

Luciana Mandelli

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

Revisão

Angélica Ramacciotti

Equipe de produção

Reiko Miura (org.)

Projeto gráfico e diagramação

Camila Pilan e Antonio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V331a Vasconcelos Filho, José Marques de.

O ativismo digital brasileiro / José Marques de Vasconcelos Filho, Sérgio Coutinho. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

532 Kb ; ePUB. – (Coleção o que saber)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-5708-068-3

1. Ativismo digital - Brasil. 2. Transparência pública. 3. Internet - Aspectos políticos. I. Coutinho, Sérgio. II. Título. III. Série.

CDU 004.738.5:32(81)

CDD 303.4840285

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 - CEP 04117-091 - São Paulo-SP Brasil
Telefone: (11) 5571 4299 - Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo
www.fpabramo.org.br